

Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente



**Shape the future
with confidence**

Iguatemi Business
Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 900 – Torre 2
Vila do Golfe
14027-250 - Ribeirão Preto – SP - Brasil
Tel: +55 16 3797-5403
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -- Continuação

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F



Wagner dos Santos Junior
Contador CRC 1SP-216386/O

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	208	222	434.670	424.162	Fornecedores	13	174	171	104.624	89.463
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	17.176	20.210	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	50.517	33.705
Contas a receber	5	-	-	76.352	64.186	Debêntures	15	-	-	773.813	12.372
Estoques	6	-	-	5.452	5.261	Credor pela concessão	16	-	-	269.942	248.479
Adiantamento a Fornecedores		30	27	2.541	3.008	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17	-	-	23.585	21.297
Despesas Antecipadas		-	-	6.688	4.347	Impostos, taxas e contribuições	18	24	24	30.365	13.622
Impostos a recuperar		99	95	5.827	5.361	Adiantamento de clientes		-	-	2.560	2.418
Partes relacionadas	19	-	-	1.311	1.006	Seguros e garantias		-	-	3.243	603
Outros Ativos		-	-	523	226	Passivo de arrendamento	20	-	-	7.716	5.856
		337	344	550.540	527.767	Partes relacionadas	19	-	2	1.993	1.039
						Provisão para manutenção	21	-	-	185.871	117.766
						Outras contas a pagar		-	-	184	365
NÃO CIRCULANTE								198	197	1.454.413	546.985
Realizável a longo prazo						NÃO CIRCULANTE					
Dividendo a receber		290	290	8	8	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.462.653	1.060.134
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	49.433	25.922	Debêntures	15	-	-	416.220	1.056.686
Impostos diferidos	7	-	-	95.950	62.014	Debêntures -partes relacionadas	15	-	-	768.845	700.408
Dépósitos judiciais	8	-	-	23.767	24.706	Passivo de arrendamento	20	-	-	20.966	9.366
		290	290	169.158	112.650	Provisão para riscos	22	-	-	33.978	30.462
Investimento	9	432.129	548.240	51	348	Provisão para manutenção	21	-	-	120.599	83.706
Imobilizado	10	-	-	82.520	79.145	Dividendos	23.b	282	290	282	290
Intangível	11	-	-	3.881.048	3.301.926			282	290	2.823.543	2.941.052
Ativo de Direito de uso	12	-	-	26.915	14.588	Total do passivo		480	487	4.277.956	3.488.037
		432.129	548.240	3.990.534	3.396.007	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	23.a	624.607	624.607	624.607	624.607
						Prejuízos Acumulados	23.d	(192.331)	(76.220)	(192.331)	(76.220)
						Total do patrimônio líquido		432.276	548.387	432.276	548.387
TOTAL DO ATIVO		432.756	548.874	4.710.232	4.036.424	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		432.756	548.874	4.710.232	4.036.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.693.826	1.379.644
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	(1)	(38)	(1.448.891)	(1.045.915)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(1)	(38)	244.934	333.729
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	25	(19)	(24)	(63.780)	(63.182)
Resultado de equivalência patrimonial		(116.102)	(39.615)	(288)	955
Outras receitas operacionais líquidas		-	-	108	4.680
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(116.122)	(39.677)	180.975	276.182
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	29	38	92.067	57.990
Despesas financeiras	26	(18)	(25)	(389.408)	(353.549)
		11	13	(297.341)	(295.559)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(116.111)	(39.664)	(116.366)	(19.377)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	-	(33.681)	(16.938)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	33.936	(3.349)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(116.111)	(39.664)	(116.111)	(39.664)
Lucro (prejuízo) por ação - básico	27	(0,1859)	(0,0635)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(116.111)	(39.664)	(116.111)	(39.664)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(116.111)</u>	<u>(39.664)</u>	<u>(116.111)</u>	<u>(39.664)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital Social		Prejuízo acumulado	Total
		Subscrito	A integralizar		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>1.232.788</u>	<u>(608.181)</u>	<u>(36.556)</u>	<u>588.051</u>
Capital Social					
Resultado do exercício		-	-	(39.664)	(39.664)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>1.232.788</u>	<u>(608.181)</u>	<u>(76.220)</u>	<u>548.387</u>
Capital Social					
Resultado do exercício		-	-	(116.111)	(116.111)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>1.232.788</u>	<u>(608.181)</u>	<u>(192.331)</u>	<u>432.276</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(116.111)	(39.664)	(116.111)	(39.664)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	25	-	-	208.769	183.553
Baixa do intangível		-	-	647	(3.380)
Juros sobre contratos de arrendamentos	26	-	-	3.413	1.577
Impostos diferidos	7.c	-	-	(33.936)	3.349
Provisão para riscos	22	-	-	6.308	15.580
Provisão para manutenção	21	-	-	231.796	136.138
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	-	-	120.890	108.040
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	-	-	223.629	186.083
Resultado equivalência patrimonial		116.102	39.615	288	(955)
		(9)	(49)	645.693	590.321
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(12.166)	(2.203)
Estoques		-	-	(191)	474
Impostos a recuperar		(4)	(2)	(466)	1.224
Adiantamento a fornecedores		(2)	40	468	(692)
Despesas antecipadas		-	38	(2.341)	(252)
Outros ativos		-	-	642	(3.049)
Fornecedores		2	(51)	1.086	3.849
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	2.288	(996)
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		-	-	21.463	57.676
Impostos, taxas e contribuições		2	69	23.410	1.184
Contas a pagar com partes relacionadas		(2)	12	649	(1.570)
Outras contas a pagar		-	-	2.600	482
Consumo de provisão para manutenção		-	-	(126.798)	(161.663)
Baixas de processos judiciais		-	-	(2.792)	-
IRPJ e CSLL pagos no período		-	(69)	(6.665)	(15.448)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos		(1)	-	(70.553)	(56.294)
Amortização de juros debêntures		-	-	(24.592)	(94.658)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	20	-	-	(3.413)	(1.577)
		(5)	37	(197.371)	(273.513)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(14)	(12)	448.322	316.808
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de Imobilizado	10 e 31	-	-	(15.074)	(13.724)
Aquisições de intangível	11 e 31	-	-	(756.072)	(519.603)
Investimento	9	-	12	-	12
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(20.477)	(2.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	12	(791.623)	(536.104)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação empréstimos e financiamentos	14	-	-	400.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(31.007)	(519.010)
Captação de debêntures	15	-	-	-	603.230
Amortização de debêntures	15	-	-	(9.625)	-
Recursos provenientes de alienação de intangível		-	-	2.986	4.033
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	20	-	-	(8.546)	(7.696)
Participação societária		-	-	-	-
Integralização de Capital	23.a	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	-	353.808	80.557
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14)	-	10.508	(138.739)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		222	222	424.162	562.901
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	208	222	434.670	424.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VIII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina – SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como controladoras direta a Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que por sua vez tem como controlador indireto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“GIC Group”).

Em 31 de dezembro de 2025, de forma consolidada o capital circulante líquido ficou negativo no montante de R\$ 903.873. Essa posição decorre, principalmente, por:

- i) Em decorrência dos efeitos relacionados ao Reequilíbrio Cautelar COVID, conforme descrito na Nota Explicativa 15, no valor de R\$ 164.533. O referido montante ainda não foi reconhecido contabilmente, em razão da natureza cautelar da decisão proferida no curso do processo administrativo em tramitação na Artesp. A Companhia estima que a conclusão definitiva deverá ocorrer até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.
- ii) Adicionalmente, a Investida Infraestrutura Brasil Holding IX S.A, apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 745.011, em decorrência do vencimento de curto prazo das debêntures. A administração informa que a liquidação do referido passivo, atualmente registrado no circulante, está previsto para ocorrer por meio de nova captação de recursos, seja junto a terceiros ou por meio de aporte do acionista controlador.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM.

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

Controlada em conjunto

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (nota explicativa nº 9).

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente registradas a valor justo, e posteriormente ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.6 Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável.

2.7.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os

passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período do relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.7.2 Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício.

2.8 Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.9 Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável “impairment”, se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.11 “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam

prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.13 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.14 Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16 Credor pela concessão

Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.17 Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18 Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

2.19 Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros híbridos

O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo.

2.20 Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

2.21 Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.22 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.23 Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards".

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.24 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.25 Normas contábeis novas e alteradas.

2.25.1 Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma Alterada ou nova norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a origem e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarboxinação (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025

2.25.2 Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entrarão em vigor em exercícios futuros, conforme as respectivas datas de vigência indicadas abaixo. A Companhia avaliou os potenciais impactos e não espera efeitos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das	01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	
IFRS 18 /CPC 3 (R2). - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	5.205	4.721
Bancos	-	-	5.474	2030
Aplicações financeiras (i)	208	222	423.991	417.411
Total (ii)	208	222	434.670	424.162

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média de 97% em 31 de dezembro de 2025 e 98%, em 31 de dezembro de 2024.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia

tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas – Empréstimos BNDES	45.286	31.877
Aplicações vinculadas – Debêntures	21.323	14.255
Total	<u>66.609</u>	<u>46.132</u>
Circulante	17.176	20.210
Não Circulante	<u>49.433</u>	<u>25.922</u>
	<u>66.609</u>	<u>46.132</u>

Conforme contrato de financiamento obtido junto ao BNDES, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025;
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento;

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela paga semestralmente, a partir de 16 de junho de 2025.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	76.293	63.783
Receitas acessórias a receber	59	403
Total	<u>76.352</u>	<u>64.186</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA" e por cartões de crédito e débito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 59 em títulos a receber em aberto em processo final de negociação referente a Receitas Acessórias. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Uniformes e EPIs	1.832	2.107
Manutenção civil e hidráulica	2.077	1.668
Outros	1.543	1.486
Total	<u>5.452</u>	<u>5.261</u>

Em 31 de dezembro de 2025 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	70.551	45.599
Contribuição social diferida	25.399	16.415
Total	<u>95.950</u>	<u>62.014</u>

2025	-	44.025
2026	70.740	17.800
Após 2027	25.210	189
Total	<u>95.950</u>	<u>62.014</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	33.083	34.535
Provisão de fornecedores	1.963	17.318
Provisão para manutenção	306.470	201.472
Capitalização de juros	(66.276)	(73.483)
Provisão PLR	7.258	(3.212)
Base Negativa	-	(644)
Outras	(291)	6.408
Base de cálculo total	<u>282.207</u>	<u>182.394</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	95.950	62.014

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.672)	61.747
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>908</u>	<u>(20.994)</u>
Ajuste para alíquota efetiva:		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(1.048)
Outras diferenças permanentes	395	1.755
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>255</u>	<u>(20.287)</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(33.681)	(16.938)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>33.936</u>	<u>(3.349)</u>
	<u>255</u>	<u>(20.287)</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	9,54%	32,86%

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora apresentou prejuízo fiscal de R\$ 9 e o prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 6.133, e pelo fato de não ter expectativa de geração de resultados futuros, o diferido não está sendo reconhecido.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações cíveis	468	74
Ações Trabalhistas	974	363
Ações de desapropriação (a)	22.325	24.269
Total	23.767	24.706

- (a) As ações judiciais são provenientes das desapropriações necessárias para a realização de seus investimentos em obras de ampliação (duplicações e faixas adicionais), e de melhorias (Postos de Serviço de Atendimento aos Usuários – SAU e Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos Gerais de Fiscalização – PGF, Parada de Cargas Especiais e Produtos Perigosos) nas rodovias: SP 249, SP 191, SP 225, SP 284, SP 304 e SPI 194 da SP 308.

9 INVESTIMENTOS

A Companhia, aberta no dia 20 de janeiro de 2020, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2025 tinha como subsidiária integral a empresa Infraestrutura Brasil Holding IX S/A – “IBH IX” mediante um capital social de R\$ 618.321 (R\$618.321 em 31 de dezembro de 2024) e subsidiária parcial a empresa IBH I Serviços e Participações S.A. – “IBH Serviços” mediante capital social de R\$ 26 (R\$ 26 em dezembro de 2024). A investida Infraestrutura Brasil Holding IX S/A – “IBH IX” tem como objetivo social a participação em outras sociedades.

A investida IBH I Serviços e Participações S.A. – “IBH Serviços” tem como objetivo social:

- (a) prestação de serviços de operação administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas;
 - b) prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação gestão entre outros no setor de rodovias;
 - c) prestação de serviços administrativos de rotina empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade outros;
 - d) participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior.
- a) Composição

Investimentos em controlada – “IBH IX”	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	618.321	618.321
Participação societária	100%	100%

Patrimônio líquido	432.078	547.892
--------------------	---------	---------

<u>Investimentos em controlada em conjunto – “IBH SERVIÇOS”</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital social	26	26
Participação societária	52%	52%
Patrimônio líquido	60	348

b) Movimentação do investimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	548.240	588.462	348	(594)
Integralização capital social	-	-	-	-
Redução participação IBH Serviços	-	(12)	-	(12)
Resultado de equivalência patrimonial	(116.111)	(39.616)	(297)	954
Provisão para investimento	-	(594)	-	-
Saldo final	<u>432.129</u>	<u>548.240</u>	<u>51</u>	<u>348</u>
Investimento	432.129	548.240	51	348
Provisão para investimento	-	-	-	-

c) Informações sobre investimentos em controlada direta em 31 de dezembro de 2025:

	<u>31/12/2025</u>						
	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>(Prejuízo)</u>	<u>Investimento</u>
IBH IX	618.321	432.078	4.709.836	4.277.758	1.693.826	(115.814)	432.078
IBH SERVIÇOS (i)	26	60	6.044	5.984	15.799	(288)	60

	<u>31/12/2024</u>						
	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	<u>Investimento</u>
IBH IX	618.321	547.892	4.035.724	3.487.832	1.379.644	(40.570)	547.892
IBH SERVIÇOS (i)	26	348	3.598	3.251	15.389	762	348

10 IMOBILIZADO

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	456	9.333	1.811	179	87	782	484	1.870	15.002
Baixas	-	(109)	-	-	(16)	(357)	-	(5)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>2.842</u>	<u>50.268</u>	<u>8.274</u>	<u>279</u>	<u>702</u>	<u>64.015</u>	<u>8.436</u>	<u>3.597</u>	<u>138.413</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(359)	(5.406)	(637)	(41)	(72)	(4.129)	(350)	(445)	(11.439)
Baixas	-	63	-	-	2	231	-	3	299
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(883)</u>	<u>(13.352)</u>	<u>(4.689)</u>	<u>(47)</u>	<u>(212)</u>	<u>(34.733)</u>	<u>(566)</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(55.893)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.959	36.916	3.585	232	490	29.282	7.870	2.186	82.520
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.386</u>	<u>41.044</u>	<u>6.463</u>	<u>100</u>	<u>631</u>	<u>63.590</u>	<u>7.952</u>	<u>1.732</u>	<u>123.898</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(524)</u>	<u>(8.009)</u>	<u>(4.052)</u>	<u>(6)</u>	<u>(142)</u>	<u>(30.835)</u>	<u>(216)</u>	<u>(969)</u>	<u>(44.753)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

11 INTANGÍVEL

	Consolidado				
		Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições (b)	619.201	159.290	-	3.652	782.143
Baixas (d)	(2.308)	(10.853)	-	-	(13.161)
Transferências	(467.022)	467.022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>574.280</u>	<u>2.897.136</u>	<u>1.136.335</u>	<u>10.995</u>	<u>4.618.746</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(151.919)	(37.877)	(405)	(190.201)
Baixas	-	341	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>(525.201)</u>	<u>(211.481)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(737.698)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.371.935	924.854	9.979	3.881.048
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>424.409</u>	<u>2.281.677</u>	<u>1.136.335</u>	<u>7.343</u>	<u>3.849.764</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(373.623)</u>	<u>(173.604)</u>	<u>(611)</u>	<u>(547.838)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária equipamentos de tecnologia, entre outros.

(c) Em 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos.

(d) Foram baixados (R\$114), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$ 34) postes sucateados, (R\$ 3.687) referente a venda de caminhões para a Via Araucária e (R\$ 9.326) referente à dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído. Em 2024, as

- (e) baixas foram realizadas em função da venda de um caminhão (R\$236) vide nota explicativa nº 19. Adicionalmente foram baixados (R\$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais “IFRS Accounting Standards”, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos intangíveis em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2025.

12 DIREITO DE USO

	Consolidado				Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adições e atualizações Contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	911	37	-	(99)	849
Instalações e edificações	2.082	3.471	-	(1.253)	4.300
Veículos (a)	11.595	18.674	(176)	(8.327)	21.766
Total	14.588	22.182	(176)	(9.679)	26.915

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais (a)	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e Edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa incremental de 11,42% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

- (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos

13 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores – Obras (intangível)	-	-	86.238	62.765
Fornecedores – Imobilizado	-	-	465	537
Fornecedores - Serviços	<u>174</u>	<u>171</u>	<u>17.921</u>	<u>26.161</u>
Total	<u>174</u>	<u>171</u>	<u>104.624</u>	<u>89.463</u>

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor do BNDES, reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	400.000	120.890	(31.007)	(70.552)	1.513.170
Total			<u>1.093.839</u>	<u>400.000</u>	<u>120.890</u>	<u>(31.007)</u>	<u>(70.552)</u>	<u>1.513.170</u>

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	-	(56.294)	1.093.839
Total			<u>1.042.094</u>	<u>-</u>	<u>108.039</u>	<u>-</u>	<u>(56.294)</u>	<u>1.093.839</u>

Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	50.517	33.705
Não circulante	1.462.653	1.060.134

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e FAT – Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.

- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000;

A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000;

A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito “C”, no montante de R\$400.000 ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais.

- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029 cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.

- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

(i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.

(ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.

(iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.

(iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação

judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.

- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

15 DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2025 é:

Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação (iii)	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
Partes relacionadas (a) (ii)	-	9,77%	700.408	-	68.437	-	-	768.845
BNDES (b) (ii)	IPCA	5,21%	426.235	-	41.135	(9.625)	(24.592)	433.153
Debêntures (c) (ii)	CDI	2,40%	642.823	-	114.057	-	-	756.880
Total			1.769.466	-	223.629	(9.625)	(24.592)	1.958.878

Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação (iii)	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (a) (ii)	-	9,77%	637.825	-	62.583	-	-	700.408
BNDES (b) (ii)	IPCA	5,21%	405.797	-	41.617	-	(21.179)	426.235
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	263.634	-	20.265	(248.690)	(35.209)	-
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	286.563	-	22.028	(270.320)	(38.270)	-
Debêntures (c) (ii)	CDI	2,40%	-	610.000	32.823	-	-	642.823
Total			1.593.819	610.000	179.315	(519.010)	(94.658)	1.769.466

Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	773.813	12.372
Não circulante	1.185.065	1.757.094

(i) As debêntures com o BNDES encontravam-se em período de carência até 31 de dezembro de 2024, a amortização do principal teve seu início no dia 16 de junho de 2025, juntamente com a amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiro.

(iii) A captação de R\$ 610.000, possui um custo de estruturação de R\$ 6.770, o valor líquido recebido foi de R\$ 603.230.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 490.702 (R\$ 285.000 em janeiro e R\$ 205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

c) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2024, foi aprovada a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$610.000, as quais são objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático em conformidade com a Lei n.º 6.385/76.

As debêntures foram emitidas em julho de 2024 e terão prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 05 de julho de 2026, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 2,40% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 610.000, através de transferência bancária

As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de:

- (i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Holding Pátria”) decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo:
 - a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501.3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP;
 - b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”).
- (ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding;
- (ii) Realização de qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso;
- (iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou

- pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas;
- (iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R\$10 000 000,00 (dez milhões de reais);
 - (v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
 - (vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;
 - (vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas;
 - (viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão;
 - (ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real;
 - (x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante;
 - (xi) encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debentures, das contas corrente nº 53 971 7, 53 972 5 e 53 307-4, todas da agência 8541 do Itaú Unibanco SA (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria', Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e "Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, "Contas Vinculadas Aumento Capital '), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia subscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

16 CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – ACDUF corresponde à devolução de 62,5% da outorga variável I do contrato de concessão (75% da outorga variável I até 03 de junho de 2025).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ônus de fiscalização	2.407	1.750
Outorga variável	14.146	11.078
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	84.683	65.990
Coeficiente Serviço Prestado – CSP	4.173	-
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	164.533
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	-	5.128
Total	<u>269.942</u>	<u>248.479</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo foi realizado mediante desembolso de caixa, não houve impactos no resultado decorrente desta operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia já havia consumido todo o montante recebido.
- (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

17 SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e honorários	890	747
Empréstimo bancário descontado	340	-
Encargos sociais e previdenciários	3.247	3.159
Provisão de férias	11.016	10.403
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	8.092	7.785
Total	23.585	21.297

18 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	3.921	3.446
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	17.228	1.570
Imposto Sobre Serviços – ISS	-	-	4.943	5.244
Impostos federais terceiros	19	19	694	767
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	-	-	1.522	1.155
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	5	5	2.057	1.440
Total	24	24	30.365	13.622

19 PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2025	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	-	-	55	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	-	-	186	34
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de Despesas	-	-	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	-	-	22	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	Reembolso de despesas	-	-	862	-
Infraestrutura BR V Rodovias Holding III S.A.	Reembolso de despesas	-	-	-	-
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A.	Reembolso de despesas	-	-	9	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	-	-	47	1.466
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas	-	-	59	493
Saldo em 31/12/2025		-	-	1.311	1.993

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		31/12/2024	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	-	-	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	-	-	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de Despesas	-	-	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	-	-	18	-
Infraestrutura BR V Rodovias Holding III S.A.	Reembolso de despesas	-	2	-	2
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	-	-	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas	-	-	65	216
Saldo em 31/12/2024		-	2	1.006	1.039

Partes Relacionadas (*)	Controladora		Consolidado	
	Resultado		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	256	124
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	-	-	1.189	234
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	-	-	1	-
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A.	-	-	9	-
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.	-	-	252	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	-	-	1.146	-
Patria Infraestrutura V Master	-	-	4	18
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	-	-	(13.176)	(12.330)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	-	(6)	3.111	2.922
Total	-	(6)	(7.208)	(9.032)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, supply chain, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor, IBH I Serviços e Participações S.A e GIC Group.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores - Consolidado

Em 14 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$ 10.500, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 2025, foram pagos R\$ 8.107 (R\$ 9.299 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 15, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. (“GIC Group”) – 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 15 com efeito no resultado no montante de R\$ 68.437 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 62.583 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber		290	290
Dividendos a pagar	23.b	(282)	(290)

Passivo de arrendamento - Consolidado

No passivo de arrendamento da investida EIXO SP foi adicionado o contrato da EVM Evolution Mobility S.A., que tem por objeto locação de veículos elétricos, com 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$4.046, no ano de 2025.

20 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 11,42% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.222	9.625
Adições e atualizações contratuais (a)	22.202	15.755
Baixas de contrato	(196)	(2.462)
Juros provisionados	3.413	1.577
Pagamento de juros	(3.413)	(1.577)
Pagamento de principal	(8.546)	(7.696)
Total	<u>28.682</u>	<u>15.222</u>
Circulante	7.716	5.856
Não circulante	20.966	9.366

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2027	9.622	3.133
2028	6.556	2.133
2029 em diante	10.271	7.283
Total	<u>26.449</u>	<u>12.549</u>
Ajuste a valor presente	<u>(5.483)</u>	<u>(3.183)</u>

Passivo de arrendamento

20.966

9.366

- (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

Consolidado							
	Adoção Inicial	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026	Dez.2027 em diante
IPCA						4,05%	3,80%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>							
Balanco patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	18.621	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	19.376	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>							
Balanco patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.080	-
Fluxo com projeção	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.934	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>							
Balanco patrimonial		638	464	1.577	960	3.224	5.483
Fluxo com projeção		638	464	1.577	960	3.354	5.691
<u>Despesas de amortização (i)</u>							
Balanco patrimonial		7.148	6.984	8.919	2.750	8.294	18.621
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	2.750	8.630	19.329

- (i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização.
- (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

21 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração da provisão de manutenção de seus ativos, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

Em períodos anteriores, em função da elevada volatilidade observada nos preços dos insumos pétreos relevantes para a execução dos serviços de manutenção, a Administração avaliou que não havia base suficientemente confiável para a revisão das estimativas então vigentes.

Tão logo os preços desses insumos apresentaram níveis considerados mais estáveis, somada a estratégia da companhia de investir na aquisição de um Sistema de Gerenciamento de Pavimento robusto e alinhado às melhores práticas de mercado, foi realizado a revisão da provisão.

O efeito dessa revisão foi reconhecido prospectivamente no resultado do período com impacto de R\$ 154.806.

Mapa movimentação	Consolidado			Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Consumo	
Provisão para manutenção (a)	200.356	245.827	(126.798)	319.385
AVP	1.116	(14.031)	-	(12.915)
	<u>201.472</u>	<u>231.796</u>	<u>(126.798)</u>	<u>306.470</u>

Mapa movimentação	Consolidado			Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	
Provisão para manutenção (a)	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	<u>226.997</u>	<u>136.138</u>	<u>(161.663)</u>	<u>201.472</u>

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	185.871	117.766
Não circulante	120.599	83.706

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico da obra, sendo reconhecida de forma gradual.

22 PROVISÃO PARA RISCOS

a. Provável

Em 31 de dezembro de 2025, a Investida possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos - trabalhistas	3.701	2.458
Provisão para riscos - cíveis (ii)	30.277	28.004
Total	<u>33.978</u>	<u>30.462</u>

Mapa movimentação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	30.462	14.882
Adições (i)	38.007	12.045
Baixas	(32.368)	(4.225)
Atualização monetária	(2.123)	7.760
Saldo final	<u>33.978</u>	<u>30.462</u>

No exercício de 2025, foram pagos R\$ 2.792 (R\$ 3.547 em 31 de dezembro de 2024) a título de indenizações processuais.

- (i) As adições ocorridas no exercício de 2025 possuem natureza cível (R\$35.274) tendo como principais motivos, objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$2.733), em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Investida encontra-se em posição de corresponsável.
- (ii) Importante destacar que a Investida possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do reembolso estimado, referente à essas contingências, é de R\$9.967. Caso haja uma eventual condenação, a Investida poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco. A Investida continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b. Possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Investida possui processos de natureza cível no montante de R\$14.628 (R\$24.532 em 31 de dezembro de 2024) e trabalhistas no montante de R\$31.389 (R\$21.336 em 31 de dezembro de 2024) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$1.391.898, sendo integralizado R\$624.607 (R\$ 624.607 em 31 de dezembro de 2024), representado por 624.607 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	437.225	70
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	187.382	30

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância

destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício.

24 RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio (a)	1.124.114	1.044.239
Receitas com construção	663.714	422.487
Receita acessória (b)	4.511	4.662
Receita bruta	<u>1.792.339</u>	<u>1.471.388</u>
Deduções da receita	<u>(98.513)</u>	<u>(91.744)</u>
Receita líquida	<u><u>1.693.826</u></u>	<u><u>1.379.644</u></u>

- a) A partir de 4 de junho de 2025 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 5,53%.
- b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	1.128.625	1.048.901
Coeficiente de Serviços Prestados - CSP	11.995	-
Base de cálculo	<u>1.140.620</u>	<u>1.048.901</u>
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(34.220)	(31.687)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(7.414)	(6.865)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(56.879)	(53.192)
	<u>(98.513)</u>	<u>(91.744)</u>

25 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados:				
Custo de obra	-	-	(663.714)	(422.487)
Provisão para manutenção	-	-	(245.827)	(120.573)
Pessoal	-	-	(99.430)	(96.688)
Conservação e manutenção	-	-	(61.750)	(59.725)
Serviços de terceiros (a)	-	-	(52.429)	(47.803)
Seguros	-	(38)	(7.418)	(7.215)
Depreciações e amortizações	-	-	(204.219)	(181.337)

Poder concedente (b)	-	-	(96.636)	(89.490)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(2.447)	(1.893)
Outras despesas operacionais	(1)	-	(15.021)	(18.704)
Total	(1)	(38)	(1.448.891)	(1.045.915)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas:				
Provisão para riscos processuais	-	-	(12.754)	(13.359)
Pessoal	-	-	(20.221)	(23.624)
Conservação e manutenção	-	-	(1.698)	(1.247)
Serviços de terceiros	(16)	(1)	(21.026)	(19.295)
Depreciações e amortizações	-	-	(4.550)	(2.216)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(101)	(136)
Outras despesas operacionais	(3)	(23)	(3.430)	(3.305)
Total	(19)	(24)	(63.780)	(63.182)

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

(b) Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização e outorga variável que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia, evidenciados na nota explicativa nº 16.

26 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Provisão para manutenção – AVP	-	-	28.786	310
Receita de aplicações financeiras	29	21	62.157	56.761
Outros	-	17	1.124	919
Total	29	38	92.067	57.990
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	-	-	(339.825)	(289.598)
Provisão para manutenção – AVP	-	-	(14.755)	(15.874)
Amortização de custos com emissão de empréstimos/debêntures	-	-	(4.694)	(4.525)
Juros de arrendamento	-	-	(3.413)	(1.577)
Despesas bancárias	(17)	-	(19.767)	(31.107)
Atualização processos judiciais	-	-	2.123	(7.760)
Outras despesas financeiras	(1)	(25)	(9.077)	(3.108)
Total	(18)	(25)	(389.408)	(353.549)
Resultado Financeiro Líquido	11	13	(297.341)	(295.559)

27 RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo básico por ação:		
Prejuízo do exercício	(116.111)	(39.664)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	624.607	624.607
Prejuízo básico por ação	(0,1859)	(0,0635)

28 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e

contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2025, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (i)	-	-	3.493.623	2.889.574
Caixa e equivalentes de caixa	(208)	(222)	(434.670)	(424.162)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(66.609)	(46.132)
Dívida líquida	(208)	(222)	2.992.344	2.419.280
Patrimônio líquido (ii)	432.276	548.387	432.276	548.387
Índice de endividamento líquido	-	-	6,92	4,41

- (i) Controladora: A dívida é definida por debêntures (excluindo o custo de captação R\$ 1.757 em 31 de dezembro de 2025 e de R\$ 5.270 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15.

Consolidado: a dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$15.735 para empréstimos e financiamentos e de R\$ 5.840 para debêntures em 31 de dezembro de 2025 e de R\$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R\$9.724 para debêntures em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos:					
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	208	222	434.670	424.162
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	66.609	46.132
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	76.352	64.186
Contas a receber – partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.311	1.006
Passivos:					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	174	171	104.624	89.463
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	1.528.905	1.110.384
Debêntures	Custo amortizado	-	-	1.964.718	1.779.190
Arrendamento Mercantil	Custo amortizado	-	-	28.682	15.222
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	269.942	248.479
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2	1.993	1.039

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2026	2027	2028	2029 em diante
1ª Emissão de debêntures - convertíveis em ações	9,77%	538.199	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não convertíveis em ações	9,77%	230.693	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não convertíveis em ações	IPCA + 5,05%	437.189	725.115	35.483	36.553	38.438	614.641
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.528.905	2.994.082	124.840	127.901	131.023	2.610.318
2ª Emissão de Debênture – não convertíveis em ações – série 2	CDI + 2,40%	758.637	822.894	822.894	-	-	-
		<u>3.493.623</u>	<u>9.969.289</u>	<u>983.217</u>	<u>164.454</u>	<u>169.461</u>	<u>8.652.157</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES – FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente.

A Companhia está apresentando o cenário provável, mantida a taxa vigente no encerramento do exercício, considerando como referência o cenário econômico corrente, como cenário para os próximos 12 meses. A taxa considerada foi a seguinte:

Referência para ativos e passivos financeiros		Cenário provável	
		31.12.2025	31.12.2024
CDI ativo (% a.a.)	(a)	14,33%	12,15%
CDI passivo (% a.a.)	(a)	14,33%	12,15%
IPCA ativo (% a.a.)	(b)	4,32%	4,83%
IPCA passivo (% a.a.)	(b)	4,32%	4,83%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2025. Fonte de informação - “site” da Debit: <https://www.debit.com.br/tabelas/cdi>, acessado em 29 de janeiro de 2026.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2025. Fonte de informação - “site” da BACEN: www.bcb.gov.br – FOCUS – Relatório de Mercado de 26 dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Controladora			
	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	208	CDI	14,33%	30
Total	208			30
Instrumentos	Consolidado			
	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	434.670	CDI	14,33%	62.288
Aplicações financeiras vinculadas	66.609	CDI	14,33%	9.545
Total	501.279			71.833
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	437.189	IPCA	4,32%	18.887
BNDES FINEM	1.528.905	IPCA	4,32%	66.049
Debêntures	758.637	IPCA	4,32%	32.773
Total	2.724.731			117.709
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(2.223.452)			(45.876)

Controladora				
Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	222	CDI	12,15%	27
Total	222			27
Consolidado				
Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	424.162	CDI	12,15%	51.536
Aplicações financeiras vinculadas	46.132	CDI	12,15%	5.605
Total	470.294			57.141
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	430.640	IPCA	4,83%	20.800
BNDES FINEM	1.110.384	IPCA	4,83%	53.632
Debêntures	648.093	IPCA	4,83%	31.303
Total	2.189.117			105.735
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.718.823)			(48.594)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas dos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

29 SEGUROS

A Investida tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2026
Equipamentos	251.890	Até julho de 2026
Seguro patrimonial	41.474	Até agosto de 2029
Veículos – frota	77.614	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.208.514	Até dezembro de 2027
Seguro garantia	2.131.602	Até junho de 2026
Garantia judicial	14.572	Até agosto de 2029
Fiança Locatícia	1.033	Até abril de 2030

30 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2026, a Investida deverá investir aproximadamente R\$1,3 bilhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2026 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284, 294 e 304, contorno de São Pedro, recuperação de pavimento, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de segurança viária, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Investida realizou um investimento total de R\$ 3,5 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2024 totaliza 12,5 mil toneladas de CO2e. Em função deste levantamento a Companhia efetuou a compra de créditos no valor de R\$ 165.

Em 2025 a Companhia provisionou R\$ 24, para a compra de créditos, considerando 1,5 mil toneladas de CO2e.

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinzenalmente (junho de 2030), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

31 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	12	22.182	15.755
Receita de construção	24	663.714	422.487
Custo de construção	25	(663.714)	(422.487)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	11/13	(23.472)	2.790
Dação em pagamento (c)		9.326	-
Depreciação usinas de asfalto (b)		(2.599)	(2.345)
Aquisição de imobilizado (a)	10	72	(468)

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

(c) Dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído, conforme Nota Explicativa nº11, item d.

32 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de janeiro de 2026 foi deliberada por Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital do capital subscrito de R\$ 1.391.898 para R\$ 624.607 mediante o cancelamento de 767.291 ações e, ato contínuo o aumento do capital de R\$ 624.607 para R\$ 1.449.857 mediante a emissão de 825.250 ações.

As operações de redução e aumento de capital somente tornarão eficaz após o transcurso do prazo de 60 dias a contas da data de publicação da ata sem que haja a oposição de credores, conforme Art. 174 da Lei das S.A., quando o ato deverá ser levado a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

33 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2026, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.
